

Especialistas desmentem tese do Banco Mundial

KELVIN MELO • kelvin@adufRJ.org.br

A universidade pública, gratuita e de qualidade sofreu mais um duro ataque nesta semana. As flechas dessa vez vieram do Banco Mundial. Em relatório encomendado pelo governo federal, o Banco faz críticas severas aos gastos públicos e ao modelo de previdência social. Os investimentos em educação superior são analisados entre as páginas 131 e 136. Com dados defasados, os tecnocratas da agência multilateral recomendam a cobrança de mensalidades e a expansão do programa de financiamento estudantil, FIES, hoje restrito às instituições particulares.

Abaixo e nas próximas duas páginas, especialistas ouvidos pela reportagem da AdufRJ desmentem as proposições do relatório. O Banco diz, por exemplo, que alunos de famílias ricas predominam nas federais, mas estudo da Andifes demonstra que apenas 10,6% dos estudantes têm renda média familiar acima de 10 salários mínimos. “O documento é muito direcionado para a mercantilização de bens sociais”, analisa a professora Sonia Fleury, da Fundação Getúlio Vargas. “O relatório concebe os estudantes como clientes”, completa o professor emérito da Faculdade de Educação, Luiz Antônio Cunha.

■ O gasto médio por aluno no ensino superior não é alto, mas é consideravelmente elevado nas universidades federais

Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich observa que nas universidades públicas se concentram cursos como os de Engenharia, Biologia, Química e Física, que exigem equipamentos custosos, e professores pesquisadores capacitados. “É surpreendente que o documento do Banco Mundial ignore essa diferença fundamental entre o setor público e o setor privado com objetivo de lucro”, lamenta.

■ A cobrança de tarifas aumentaria os recursos das universidades

Pesquisa feita pela Andifes mostra que isso seria suficiente para 30% do orçamento necessário, além de comprometer 25% da renda bruta familiar por aluno. “Os argumentos de que os ricos deveriam pagar funcionaria melhor com uma lei que taxasse grandes fortunas e destinasse os recursos para a Educação”, defende Emmanuel Tourinho, presidente da Andifes.



Fernando Souza

■ O FIES deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais, combinado com bolsas para os mais pobres

Para Lena Lavinias, professora Titular do Instituto de Economia da UFRJ, o sistema financeiro será o maior beneficiado, caso avance a proposta do Banco Mundial. As famílias serão obrigadas a contrair empréstimos, sujeitos a juros elevados, para os filhos cursarem as universidades. Ela justifica o argumento com a atual situação do FIES, com 47% de inadimplentes.

■ Os alunos das universidades públicas são de famílias ricas

Segundo pesquisa da Andifes, em 2014, apenas 10,6% da população estudantil nas IFES tinha renda familiar média acima de dez salários mínimos. O professor Carlos Frederico Rocha, do Instituto de Economia, acrescenta que o levantamento ainda não mostra completamente os efeitos da lei das cotas, de 2013. “O mais provável é que esteja subestimada a participação dos estratos inferiores de renda”, afirma.

Pesquisa Andifes: ricos são minoria nas universidades

> **Apenas 10,6% dos estudantes das universidades federais vêm de famílias com renda superior a dez salários mínimos. Esse percentual está caindo desde 2010**

KELVIN MELO*
kelvin@adufrrj.org.br

O diagnóstico e as recomendações do Banco Mundial foram rejeitados por educadores, representantes de sociedades científicas, dirigentes universitários e sindicais. Para todos, a cobrança de mensalidades nas instituições públicas não tem cabimento. Eles denunciam, ainda, o movimento privatista por trás das diretrizes do organismo multilateral. “Parece que o Banco Mundial não sabe fazer conta. O que eles propõem não teria impacto relevante no orçamento das universidades públicas”, ironizou o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad. Ele sublinhou, ainda, que a maioria dos estudantes já vem de escolas públicas: “O perfil dos alunos das federais já mudou completamente e vai mudar ainda mais”.

Para Lena Lavinas, professora Titular do Instituto de Economia da UFRJ, o sistema financeiro será o maior beneficiado, caso avance a proposta do banco. As famílias serão obrigadas a contrair empréstimos, sujeitos a taxas de juros elevadas, para os filhos cursarem as universidades. “Se entrarmos no site da

Estácio para simular os custos de um curso como Medicina, por exemplo, estamos falando em valores superiores a R\$ 500 mil. Quem pode pagar isso, mesmo sendo de classe média?”, questiona. “Os bancos e outras instituições financeiras, cujo número se multiplica rapidamente, em meio à retração da oferta de FIES, já oferecem crédito estudantil a juros de 2% a quase 5% ao mês, quando a previsão de inflação não deve ultrapassar 3%”.

A tese do banco de que alunos ricos predominam no ensino superior federal é desmentida por pesquisa realizada pela associação de reitores das federais (Andifes), em 2014. A tabela (na página ao lado), extraída da revista Debate Econômico, mostra que a distribuição dos alunos do ensino superior público federal por estratos de renda acompanha a participação dos mesmos segmentos na população brasileira.

O ponto de vista da agência multilateral também foi criticado por Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências: “O relatório é, para mim, um exemplo das limitações da econometria, que não pode substituir análises mais gerais sobre a qualidade e a estrutura da educação superior em nosso país”. O presidente da ABC con-



sidera urgente uma reforma do ensino superior: “Não será, no entanto, um documento do Banco Mundial que levará à transformação necessária das instituições de ensino superior no Brasil”.

Já o professor emérito da Faculdade de Educação, Luiz Antônio Cunha considerou as recomendações do Banco Mundial coerentes com as medidas neoliberais do governo. “Concebe os estudantes como clientes, como se o ensino superior fosse um serviço qualquer. Pensa instituições como se fossem empresas”, criticou.

CRÍTICOS

Luiz Davidovich, da ABC; o ex-ministro Fernando Haddad; e Lena Lavinas, do Instituto de Economia, rejeitam o diagnóstico do Banco Mundial para as universidades federais

O professor também comparou o atual governo com a ditadura militar. Uma diferença que ele sublinha entre aquele momento e o de hoje em dia é que, na década de 60, apesar das perseguições, os militares estabeleceram uma aliança estratégica com os pesquisadores. “As universidades, que eram apenas nominais passaram a ser universidades substantivas, com professores em tempo integral e produção científica, tecnológica e cultural”. Ele completou: “Agora é o contrário. Estamos retomando uma perspectiva perversa de 64 e acrescentando o elemento mais perverso da política econômica atual”, lamentou.

Luiz Eduardo Acosta, 1º vice-presidente do Andes, afirmou que, em momentos de crise, o empresariado e os governos sempre voltam a debater a cobrança de mensalidade em universidades públicas. O reitor Roberto Leher reforçou a preocupação com o documento: “A manifestação do banco é congruente com a Emenda Constitucional 95, do teto de gastos públicos. Nós dissemos que a Emenda inviabiliza direitos sociais e ignora o direito fundamental humano ao conhecimento científico, artístico e cultural”.

* Colaboraram: Elisa Monteiro, Silvana Sá e Imprensa Andes

RENDIMENTO FAMILIAR MENSAL MÉDIO DOS ESTUDANTES DAS IFES E DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2010			
Rendimento familiar mensal médio	IFES	PNAD*	Diferença
até 1 s.m.	7,9%	12,9%	-5%
1 a 2 s.m.	18,1%	22,3%	-4,2%
2 a 3 s.m.	14,2%	17,2%	-3%
3 a 5 s.m.	17,9%	19,1%	1,2%
5 a 10 s.m.	24,8%	14%	10,7%
acima de 10 s.m.	16,7%	7,3%	9,4%
sem rend./decl.	0,5%	7,1%	-6,7%

2014			
Rendimento familiar mensal médio	IFES	PNAD*	Diferença
até 1 s.m.	12,1%	13,3%	-1,2%
1 a 2 s.m.	23,4%	23%	0,5%
2 a 3 s.m.	14,8%	17,8%	-3%
3 a 5 s.m.	18,2%	19,7%	-1,5%
5 a 10 s.m.	19,8%	14,4%	5,4%
acima de 10 s.m.	10,6%	7%	3,6%
sem rend./decl.	1,1%	4,9%	-3,8%

* PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
FONTE Wolfgang Lenk e Fernando Pereira, dados ANDIFES e IBGE

Consuni aprova texto da Cotav

Sem surpresas, o Conselho Universitário realizado no dia 23 confirmou a distribuição das 277 vagas docentes feita pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas e divulgada no Boletim da Adufrj nº 102. O documento já tinha sido aprovado pelos colegiados acadêmicos de graduação e pós-graduação (CEG e CEPG), em 31 de outubro.

Serão 230 concursos imediatos e 47 para edital futuro. O ranqueamento privilegiado, sobretudo, a relação entre

a carga horária e o número de docentes. O parecer favorável ao relatório da Cotav foi apresentado pela professora Ana Célia Castro, representante dos Titulares do CCJE e integrante da Comissão de Desenvolvimento do Consuni. A relatora, porém, acrescentou sugestões. Uma delas é a manutenção do funcionamento da comissão com o objetivo de torná-la anual e evitar a última lacuna de quatro anos sem concursos autorizados pela Cotav.

Outra recomendação é a atualização da fórmula de distribuição para contemplar casos especiais. Foram citados pela docente as curadorias e os casos especiais dos cursos que exigem baixa relação docente/aluno como Fisioterapia e Música.

“Há muitas atividades realizadas pela UFRJ difíceis de avaliar de maneira qualitativa”, destacou o professor Francisco de Assis Esteves (Titulares do CCS). “Essa é uma Cotav de reposição, mas a universidade precisa olhar para o futuro”.

AGENDA

24
NOV

CONSELHO DE REPRESENTANTES

A nova diretoria da Adufrj reúne pela primeira vez o Conselho de Representantes neste dia 24. Na pauta, proposta de construção de uma sede própria e a formação de grupos de trabalho para discutir carreira, perfil docente da UFRJ, segurança nos campi e atividades de formação e integração de aposentados. A diretoria pretende realizar, também, uma reunião extraordinária do Conselho no dia 15 de dezembro para debater o aumento da sindicalização, o Congresso do Andes (programado para janeiro) e a prestação de contas da gestão anterior. Para o ano que vem, a ideia é que aconteçam reuniões trimestrais.

30
NOV

CONSUNI EXTRAORDINÁRIO

As próximas sessões extraordinárias do Conselho Universitário, previstas para os dias 30 de novembro e 7 de dezembro, deverão se debruçar sobre o orçamento da UFRJ. O calendário foi anunciado pelo reitor Roberto Leher no Consuni do último dia 9. Segundo Leher, o objetivo da reitoria é montar uma peça condizente com as reais necessidades da universidade e buscar apoio no parlamento para emendas ao orçamento. A Proposta de Lei Orçamentária Anual foi enviada pelo Executivo ao Congresso em 31 de agosto. A Lei Orçamentária Anual deve ser aprovada até o dia 22 de dezembro, segundo a legislação.

UFRJ ganha prêmio Capes

> **As campeãs são teses de Ciências Biológicas, Antropologia e Geografia**

ISABELLA DE OLIVEIRA

Estudante da UFF e estagiária da Adufrj

A excelência da UFRJ foi novamente reconhecida na última edição do Prêmio Capes de Teses. Três trabalhos da universidade, defendidos ano passado, foram selecionados pela agência entre os melhores do país em diferentes áreas de conhecimento.

Os autores receberão diploma, medalha e uma bolsa de pós-doutorado nacional de até 12 meses; o orientador ganha um auxílio de R\$ 3 mil para participação

em congresso no país. A cerimônia de premiação será no dia 7 de dezembro, em Brasília.

Na área de Ciências Biológicas, Mychael Lourenço ganhou com uma pesquisa relacionada à Doença de Alzheimer: “Nosso estudo reforçou a relação entre a diabetes e a perda de memória, além dos efeitos benéficos de exercícios físicos no controle das doenças”, explicou o estudante do Instituto de Bioquímica Médica.

Mychael foi orientado pelos professores Sérgio Teixeira Ferreira e Fernanda De Felice. “Para nós, orientadores, é uma felicidade ver o progresso e crescimento

dos alunos que trabalham conosco”, pontuou o docente.

As outras duas teses premiadas da UFRJ são da Antropologia e da Geografia. Orientado pela professora Adriana de Resende, Paulo Victor Leite Lopes é o autor da pesquisa “Homens autores de violência doméstica: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação de Estado”.

Em Geografia, o professor Marcelo José Lopes de Souza foi orientador de Rafael da Costa Gonçalves de Almeida, com a tese “Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço”.

PLANO B

Doutor em matemática,



Arquivo pessoal

mestre em cerveja

> **Professor Ricardo Rosa se desdobra entre números e a produção da bebida**

Matemático e cervejeiro. Ricardo Rosa, professor de equações diferenciais da UFRJ, divide seu tempo entre fórmulas matemáticas e a cerveja. E foi graças à primeira que começou a conhecer o mundo das cervejas artesanais. O hobby nasceu de uma visita científica à Universidade de Indiana, lá pelos anos 2000, onde fez seu doutorado. “Fiz um curso de degustação de cervejas. Por quatro dias provei cervejas do mundo inteiro e descobri uma variedade que nem sonhava”, lembra.

Ao retornar da viagem, teve uma surpresa curiosa: o avô também fora cervejeiro. “Conversei com meu pai e descobri que meu avô, já falecido, também fabricava cervejas em casa”, conta. O professor explica o destaque que conseguiu com o blog Cervejarte. “O diferencial do blog era esse aspecto técnico. Ele trazia fórmulas e receitas, não era só de gostos”, avalia. Apesar da paixão, o professor admite: “Gosto muito mais da matemática”.

O hobby catapultou o docente como referência nacional na produção de

cervejas artesanais. O auge veio na colaboração com a Cervejaria Colorado: Ricardo é “pai” da premiada Demoiselle. Marcelo Carneiro, dono da cervejaria na época, participou como jurado de um concurso organizado pelo professor. “O Marcelo tinha o desejo de fazer cervejas com ingredientes típicos brasileiros, e eu tinha feito um artigo para o blog sobre o café”, conta. Daí nasceu a parceria. “O que distinguia era essa coisa de brincar com a produção”, avalia. Hoje, a Demoiselle é uma das quatro principais cervejas da marca.